

O SR. CARLOS MINC - Peço a palavra para declaração de voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Tem a palavra, para declaração de voto, o autor, Deputado Carlos Minc, por favor.

O SR. CARLOS MINC (Para declaração de voto) - Presidente democrático Rodrigo Bacellar, quero agradecer a V.Exa. e a todos os que ajudaram a construir esse projeto, incluindo a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Defesa do Meio Ambiente - vejo aqui o nosso Presidente Jorge Felipe Neto e a Comissão de Constituição e Justiça também.

Esse projeto foi discutido com o Governo, especialmente com o Secretário Thiago Pampolha e o Philipe, Presidente do Inea. Várias sugestões deles foram incorporadas ao projeto. Com a aprovação, estou confiando em que o Governo vai sancioná-lo, até porque, como falei com o Deputado Luiz Paulo outro dia, a Justiça suspendeu o Conema e todas as normas do Conema, Deputado ecossocialista Jari, porque alguém entrou com uma ação na Justiça dizendo que o Conema tinha sido criado por decreto e não por lei.

Então, o própria Governo ficou em polvorosa porque várias resoluções sobre pesca, agricultura, etc. deixaram de valer. Agora, a aprovação e a sanção desse projeto irão não só garantir a participação também da sociedade civil, como acontece nos outros estados, como também revalidar as decisões do Conema sustadas pela Justiça. Então, passa a ter uma urgência.

Então, queria agradecer a todos e manifestar a minha confiança de que será sancionado porque está amplamente discutido e negociado com a sociedade civil e também com o Governo.

A SRA. TIA JU - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Tem a palavra pela ordem, a Deputada Tia Ju.

A SRA. TIA JU (Pela ordem) - Fui mais rápida do que o Deputado Anderson, mas é por uma causa nobre, Deputado.

Hoje, 15 de junho, é o Dia Mundial da Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa.

Nós não podemos deixar, Deputado Douglas Ruas, de registrar, de fazer esse registro, trazer essa lembrança, essa memória, da- dos tantos fatos e tantos ocorridos de violência contra a pessoa idosa.

Tive a oportunidade de instituir nesta Casa, a partir do apoio de todos os meus pares, em 2019, a inclusão no calendário do Estado do Rio de Janeiro, o Junho Violeta, para que possamos pedir dignidade e respeito à pessoa idosa.

Faço uso do microfone, hoje, para lembrar e agradecer, mais uma vez, aos nossos pares que, em 2019, colocamos no calendário esse dia. Que possamos, Deputada Índia Armelau, lutar cada vez mais por respeito e dignidade à pessoa idosa.

Todos nós, se tivermos a bênção do Deus divino, chegaremos a ser idosos também. É um privilégio ter os cabelos brancos, preservando-os ou não. Ser idoso é uma bênção de Deus e essa condição precisamos respeitar, dada a carga de conhecimento, de reconhecimento e de experiências acumuladas.

Vamos valorizar, lutar por dignidade para as pessoas idosas. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Obrigado, Tia Ju.
Deputado Anderson Moraes, por favor.

O SR. ANDERSON MORAES - Boa tarde, Presidente.

Quero anunciar a presença do Vereador da cidade de Três Rios, Vanderson Travassos, vereador de extrema competência no município de Três Rios e que está nos visitando.

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Seja bem-vindo, vereador.

O SR. ANDERSON MORAES - Sr. Presidente, quero registrar meu voto contrário ao Projeto de Resolução 167/2023.

Para finalizar, Sr. Presidente, saiu hoje uma matéria em jornal do Estado do Rio de Janeiro, dizendo que ao menos 80 idosos são vítimas de golpes, por dia, no Estado do Rio de Janeiro.

Há pouco, trouxemos uma matéria para a Assembleia Legislativa visando blindar os idosos, aposentados, pensionistas, de tomarem esse tipo de golpe dos estelionatários.

Aprovamos a matéria aqui na Assembleia Legislativa, trouxemos a matéria para cá, discutimos, vários deputados enriqueceram o Projeto de Lei, e aprovamos.

Infelizmente, o governo do Estado não teve o mesmo entendimento que esta Casa e vetou o Projeto de Lei.

Portanto, venho chamar a atenção de todos os parlamentares para quando esse veto vier à pauta, para que todos nós, da mesma forma como os unimos para aprovar o projeto, que trabalheamos também para derrubar o veto do governo estadual, que entendeu que não existia necessidade de blindarmos os aposentados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALAN LOPES - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Tem a palavra pela ordem, o Deputado Alan Lopes.

O SR. ALAN LOPES - (Pela ordem) Presidente, eu queria pedir a atenção de V.Exa., com todo o respeito. Ontem, nós recebemos na Presidência, eu e o chefe de gabinete, Sr. Thompson, três professoras do Sepe, que vieram nos trazer um ofício, que recebemos.

Destaco que as professoras foram muito gentis. Oferecemos todo o suporte, assinamos, tiramos foto. Entretanto, para nossa tristeza, Sr. Presidente, horas depois, havia uma manifestação na porta da Alerj, que se dirigiu para a Secretaria de Educação.

O que vimos no dia de ontem, certamente não foi ato de professores. O que vimos foi o que eles chamam de atos antidemocráticos, de pessoas que invadem instituições privadas.

Um grupo de extremistas, terroristas, cercaram a parte de trás da Seeduc com o argumento de que a secretária pudesse fugir pela parte de trás.

Nós temos diversas imagens rodando, inclusive em todas as televisões se mostrou esses extremistas com bombas, com rojões, derrubaram o portão, enfrentaram a polícia e algo muito grave aconteceu, Sr. Presidente, porque uma dessas pessoas que, inclusive, tocava com o microfone atizando as pessoas e convocando e criando essa animosidade, era um funcionário desta Casa, assessor parlamentar daqui, da Alerj. Espero, com todo respeito a V.Exa., que alguma providência seja tomada. Primeiro porque nós estávamos em horário de trabalho, essa pessoa não deveria estar numa manifestação violenta daquela, atacando policiais, atacando o estado, cercando a secretaria, e peço que essa Presidência tome providências quanto a esse funcionário que participou desses atos violentos, porque chamam de atos antidemocráticos, de terroristas, mas foi exatamente o que aconteceu ontem, invasão de prédio público. Enfrentaram a polícia, jogaram bombas, rojões, e isso não pode ficar assim. Portanto, peço a V.Exa., com todo respeito, que tome as providências cabíveis, porque, a meu ver, só cabe aqui uma punição exemplar como exoneração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ÍNDIA ARMELAU - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Tem a palavra, pela ordem, a Deputada Índia Armelau.

A SRA. ÍNDIA ARMELAU (Pela ordem) - Sr. Presidente, tam-

bém sou ligada à Educação, estava conversando com o amigo Alan Lopes a respeito. Não sei se cabe à Casa abrir uma CPI a respeito desse ato. Tivemos, novamente, policiais que foram colocados contra a população, por imagens, como se fossem realmente os vândalos, e os atos que aconteceram foram realmente antidemocráticos. E, como ele falou, tivemos um assessor e isso não pode ocorrer. Do jeito que estão acontecendo as manifestações, uma hora uma deputada sofrerá alguma coisa, um policial, e onde vamos parar? Se não dermos exemplo e pegarmos as pessoas que realmente são responsáveis, vamos perder a mão, e não é a primeira vez que isso acontece.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Jorge Felipe Neto.

O SR. JORGE FELIPPE NETO (Pela ordem) - Sr. Presidente, neste mesmo sentido, quero dizer a V.Exa. que, mais do ninguém, o nosso mandato sempre esteve à disposição dos profissionais de Educação. Temos lei, em coautoria com o ex-Deputado Carlo Caiado, hoje Presidente da Câmara, com o ex-Deputado Waldeck Carneiro, de estímulo à educação integral, turno único, no Estado do Rio de Janeiro, temos parceria com os agentes de educação infantil, com os professores de educação infantil, e ninguém é contra a Educação, muito pelo contrário, queremos um professor absolutamente valorizado, ganhando bem, satisfeito e disponível no seu tempo para dar o melhor do seu ofício à Educação, ao aluno do Estado do Rio de Janeiro. Mas é fundamental que todos os deputados desta Casa entendam que temos que chegar num consenso. Greve não é bom para o aluno, não é bom para o Estado do Rio de Janeiro, não é bom para o desenvolvimento. Tivemos uma pandemia, pandemia essa que levou vários alunos a terem déficit de ensino, um atraso.

No ano passado, pagamos, Sr. Presidente, e são dados que todo deputado devia ter em mente, como todos os aumentos que demos, para a Polícia Militar, para a Polícia Civil, para o Degase, para a Polícia Penal, o aumento linear de 17% mais os 6% para todos os servidores, 5,2 bilhões de reais de impacto. O que está sendo pedido hoje pelos profissionais de Educação, estimulado muito pelo Sepe, e até digo de maneira intransigente, seriam 5,7 bilhões de impacto e, também, dez bilhões retroativos, o que é absolutamente inviável nesse momento.

Então, conclamo os deputados da esquerda, da direita, do centro, para que possamos discutir este tema numa mesa de maneira plena, urbana, que satisfaça o interesse do profissional de Educação e que não vejamos deputado, nem servidor da Casa, muito menos comissionado de gabinete de deputado fazendo estímulo à greve, porque isso é muito ruim, é muito danoso, sobretudo, para o aluno do Estado do Rio de Janeiro. Queremos, sim, o professor bem remunerado, mas queremos isso com saúde fiscal, queremos isso sem sair do plano de recuperação fiscal, porque já fomos multados há cerca de dois, três meses. E queremos isso, é claro, sem que haja conflitos de natureza com a Polícia Militar, ou com as forças de segurança. Isso é o apelo que eu faço aos nobres colegas, aos nobres deputados. Já tenho feito esse apelo no privado para alguns deputados, e agora faço de público.

Obrigado, Presidente.

A SRA. DANI MONTEIRO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Obrigado, Deputado Jorge.
Tem a palavra pela ordem, a Sra. Deputada Dani Monteiro.

A SRA. DANI MONTEIRO (Pela ordem) - Sr. Presidente, pela ordem porque eu acho que é importante todos os deputados que usam aqui o espaço do microfone, eu tenho absoluta certeza de que são deputados que também têm um compromisso com a nossa educação pública. E é preciso olhar hoje que o coração da nossa educação pública, é bem verdade, são os nossos jovens. São aqueles que precisam garantir o seu direito de ensino e aprendizagem para contribuir com a nossa sociedade. Mas, quem faz essa força motriz girar são os profissionais de educação: são os professores, são as merendeiras, os serventes, as coordenadoras pedagógicas. E o nosso estado, Deputado Jorge, precisa olhar com muito carinho para esses profissionais, o Estado do Rio de Janeiro. Isso não é uma questão apenas da gestão do Governador Cláudio, inclusive se fala isso de anos e anos de defasagem. Mas hoje o título é nosso. Pega o troféu e grita campeão. O pior salário para profissionais de educação do país é aqui no nosso estado. Estamos muito abaixo do piso nacional da categoria e o Plano de Cargos e Carreiras não está efetivado. Eu entendo a preocupação com o regime, sabemos que hoje há um Conselho que acompanha todas as contas do estado, e que a partir desse Conselho, ou seja, não necessariamente a partir das secretarias do executivo, mas desse Conselho, que é autorizada alterações, ou não. Mas, que não olhemos e criminalizemos, porque são manifestações legítimas. Se nós criminalizarmos todas as manifestações, não conseguiremos ter atuações como essa Casa já teve, emblemáticas. Quantas vezes essa Casa já foi cercada por manifestantes, não apenas profissionais de educação, profissionais da segurança, inclusive. Para quem viveu nessa Casa em 2017, eu não vivi enquanto deputada, eu vivi enquanto movimento social, mas era diariamente essa Casa cercada. Era rojão. E quem jogava eram os bombeiros, eram policiais militares que estavam lutando pelos seus direitos. Eu aqui, como defensora dos direitos humanos, jamais irei criticar o legítimo direito das pessoas de manifestarem-se. E não podemos, é preciso ter cuidado, para que não comparemos um ato que tentou ir diretamente no coração da nossa democracia, questionar inclusive a eleição que elegeu a todos nós, não apenas o Presidente, mas a cada deputado que está aqui nessa Casa, com uma manifestação. Se há excesso por parte dos manifestantes, a polícia inclusive poderá atuar nessa situação e terá a legitimação do poder público. Mas, por princípio, usarmos o espaço aqui para criminalizar aqueles que ganham o pior, eu vou repetir, o pior salário do país, da educação, é aqui do Rio de Janeiro. Esses profissionais têm o direito legítimo a manifestação, e cabe a esta Casa garantir, e aí, fecho, Presidente, sei que V.Exa. tem cada vez mais demonstrado equilíbrio e ponderação, sobretudo paciência histórica para lidar com situações, que a Alerj protagonize essa mesa de negociação. Que a Alerj dialogue com a categoria, com a direção para que, inclusive, a direção chegue na base da categoria. Vamos fazer o que a democracia nos ensina, o que a República nos pede. Vamos dialogar, abrir a mesa de negociação. Se é na Seeduc, se é aqui via vossa Presidência, particularmente não importa, o importante é ouvir a categoria. Se a categoria pretende radicalizar, precisamos nós, e eu falo todos nós, não estou falando só da base, estou falando da oposição inclusive, nós precisamos fazer uma inflexão. Por que a categoria está radicalizando? Será que somos nós que não estamos recebendo-os, não estamos respondendo à altura? Entendo o enorme esforço que fez o Deputado, Presidente da Comissão de Educação, em recebê-los, mas a Mesa precisa ser aberta, Presidente. A mesa de negociação precisa ser aberta. A recomposição seria mais de cem por cento, e hoje não há nenhuma proposta por parte do executivo para essa recomposição. Nós entendemos o caso do regime, mas é preciso, justamente, por todas as sensibilidades e delicadezas, essa mesa tem que estar aberta. A porta dessa Casa, como Casa do povo, tem que estar aberta para essa recepção, e para dialogar, e lá na frente, tendo uma proposta, e ainda assim a categoria não aceitar, talvez possamos fazer balanços mais efetivos. Mas, por hoje, não podemos culpar trabalhador que luta pelo seu salário. Esse é o espaço que não podemos usar do Parlamento para fazê-lo.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Presidente, eu fui citado. Eu peço a consideração só para responder a Deputada que me antecedeu. Estou no terceiro mandato nesta Casa e nunca me furtei a sentar em mesa de negociação e muito menos criminalizei qualquer tipo de manifestação de quem fosse.

Sua Excelência não era Deputada ainda, quando nós está-

vamos cercados na Assembleia Legislativa pelo Musp, formado por todos os servidores que legitimamente queriam a garantia do seu pagamento em dia. Estive na defesa do Musp. Quantas vezes saí e entrei pela porta da frente do Palácio Tiradentes para defender os servidores.

Essa não é a minha história. Minha história não é de criminalizar manifestações, muito menos as manifestações legítimas, populares, pacíficas e que reivindicam no seu bojo direitos absolutamente possíveis de serem alcançados, desde que haja estratégia, dedicação e, mais do que tudo, urbanidade para se dedicar à construção de um Estado do Rio de Janeiro melhor. A minha preocupação não é com o Regime de Recuperação. O regime nada mais é do que um instrumento de cuidado com as pessoas desse Estado.

Eu vivi neste Parlamento, Sr. Presidente, seis meses de greve, invasão do Parlamento por duas vezes. Gás de pimenta e gás lacrimogêneo eram diuturnamente disparados na frente do Parlamento, o que afetava os trabalhos desta Casa. Sabe por quê? Porque não havia salário e porque irresponsavelmente o Governador, em 2014, aumentou o salário para mais de 40 categorias sem que houvesse fôlego financeiro para isso se sustentar ao longo do tempo. Uma crise gravíssima, gravíssima, ocorreu. E, aí, sabe quem ficou sem salário? Quem ficou pedindo esmola na rua? O profissional da Educação, o profissional da Segurança, a merendeira, que S.Exa. diz defender...

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Peço concluir, Deputado.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Foram seis meses sem salário, Presidente. Então, não se trata de criminalizar manifestação. Aliás, acabei de fazer um chamamento para que façamos um esforço coletivo, solucionador, pacificador e não comissionado, vagabundeando em horário de trabalho, entrando em conflito com as forças policiais. Isso é um absurdo. E isso tem, sim, que ser criminalizado. Onde já se viu? Gabinete de Deputado entrar em conflito e socar um policial militar? Ninguém está defendendo o errado, não. Muito menos que haja participação direta ou indireta de mandatos desta Casa em manifestações para criar algum conflito, para criar a confusão.

Essa é uma posição claríssima, Presidente. Eu trouxe dados do que fizemos no ano passado, do impacto para todas as categorias de Estado. E temos uma categoria de Estado que está pedindo mais do que as outras todas juntas. Isso não é possível fazer. Isso seria o ideal? Seria, mas a União não repassa recursos para nós. Nós pagamos para a União 320bi e recebemos de volta 23, 24 por ano. E sabe quem ganha com isso? O profissional de Educação lá do Ceará que tem o piso de oito mil. E o nosso aqui sofre. Essa é a realidade do Rio de Janeiro, para a qual chama a atenção de todos, nesse momento, Presidente, com muita tranquilidade, com o fervor do debate que tem que acontecer dos mandatos, defendendo a nossa história, mas conclamando os Deputados a um esforço solucionador e não colocando mais lenha na fogueira.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Obrigado.

O SR. YURI - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Tem a palavra pela ordem, o Deputado Yuri.

O SR. YURI (Pela ordem) - Sr. Presidente, antes de tudo, quero agradecer a V.Exa. e parabenizá-lo por ter recebido há semanas os representantes do Sepe, junto ao Deputado Professor Josemar e ao Deputado Flávio Serafini. Muitos outros de nós estamos na base de defesa da Educação nesta Casa e ficamos muito felizes com o seu gesto democrático.

Uso a palavra 'democrático' com base na sua atitude, que hoje também se refletiu na atitude do Presidente da Comissão, que recebeu também o sindicato, para dizer que é muito injusto tentar taxar a movimentação de trabalhadores e trabalhadoras da Educação como um ato criminoso, colocando polícia contra professor, até porque os nossos policiais também estão tendo perda de direitos.

Hoje recebi representantes dos veteranos da Polícia Militar e do Bombeiro Militar, que até agora não tiveram uma resposta concreta sobre a Gram, se vão ter ou não direito à Gratificação de Risco da Atividade Militar. Eles também são afetados por aquilo que foi acordado e não foi pago. Porque hoje faz 107 dias que a lei autorizativa deveria ter sido cumprida e os servidores do Estado deveriam receber 6.5% de recomposição. Uma lei que foi esforço dessa Casa, eu nem estava aqui, mas reconheço que os Deputados fizeram seu papel.

Agora, muito me impressiona, Deputado Jorge Felipe Neto, com todo carinho que tenho por V.Exa., que nós ficamos, nas últimas semanas, com um silêncio absurdo sobre a greve da educação, em boa parte da base do Governo, porque ninguém veio aqui e falou assim "tem servidor da educação administrativo que recebe menos do que um salário-mínimo. Quem falou foi oposição. Ninguém chegou aqui e falou que o pior salário que o professor recebe no Estado é do Estado do Rio de Janeiro de todo o Brasil e ninguém chamou de antidemocrático o ato do Governador de fazer uma proposta por decreto porque não respeito essa Casa. Tinha que ter mandado uma mensagem para nós discutirmos na Comissão de Educação se a proposta dele achatava ou não o plano de cargos, carreiras e salários. Tinha que permitir, também, que V.Exa. que é também um defensor dos servidores, pudesse emendar o projeto que veio para essa Casa, que esse Plenário pudesse discutir de forma madura diante da situação fiscal do Estado do Rio de Janeiro.

Então, me incomoda muito, Presidente, para encerrar, porque não reflete a sua postura, não reflete a forma como temos lidado, minoria e maioria, nas últimas semanas. Mas, é o que está acontecendo. Tentam pegar um acontecimento, tentam criminalizar um servidor que é professor do Estado, inclusive, é um servidor, antes de ser um cargo comissionado nessa Casa, enquanto ignoram todo o problema que nós estamos vivendo que é o fato de que o Governo não se senta para conversar com Sepe e o Governo não tenta negociar.

Então, por favor, colegas, seja de direita, de esquerda, ou de centro, vamos respeitar os professores. Eu sou professor, minha mãe é inspetora da rede municipal, minha tia foi professora da rede estadual, eu sei o que é isso dentro de Casa. Então, antes de subir aqui na Tribuna, vir ao microfone para falar mal da greve, que falem dos direitos que estão sendo cassados e das pautas que estão sendo discutidas. Aí, sim, nós, em unidade, vamos fazer um debate honesto.

Enquanto isso, os profissionais seguem em greve, a plenária está super mobilizada, é uma greve com cerca de 80% de adesão e o Governador vai ter que sentar para conversar.

Espero que a base do Governo colabore com isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Deputada Carla Machado, por favor.

A SRA. CARLA MACHADO - Sr. Presidente, nobres colegas, eu vim aqui, Sr. Presidente, a pedido do Sepe, de amigos que temos em comum para que o senhor possa intermediar uma reunião a fim de apaziguar essa situação.

Nós sabemos que tem situações que são devidas, os professores precisam, os professores são responsáveis pela transformação da sociedade.

Cada um de nós aqui, deputados, passamos pela escola e sabemos todos que o salário é vergonhoso, muitas vezes inferior até àquele trabalhador doméstico, que merece toda honra também, pelo desempenho de sua função, mas, que o salário é pequeno, sendo que muitas vezes os locais de trabalho são inadequados, muitas vezes à mercê da violência e, conforme falaram os colegas anteriormente, a violência que possa ter ocorrido não retrata toda a classe de educadores que vêm sofrendo ao longo do tempo.

Então, eu solicito ao senhor, esse senso democrático, o senhor que está à frente desta Casa Legislativa, que possa intermediar